

Resenhas

hibridações, desarranjos, fusões e fissuras | paulo-edgar almeida resende*

Pierre-Joseph Proudhon. *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria* (Tradução e notas de José Carlos Orsi Morel). São Paulo, Ícone Editora, Tomo I, 2003, 438 pp.

O jovem *Proudhon*, nascido em 1809, publica a *Filosofia da Miséria* em 1846, quando ainda era empregado na firma dos irmãos Gauthier, seus ex-colegas de estudo. Nesta empresa de transporte fluvial, sediada em Lyon, convive com marinheiros, estivadores, comerciantes, mecânicos, carroceiros, oficiais de justiça. Está, portanto, a par do movimento operário de Lyon.

Intelectualmente, entra em contato com a filosofia crítica de Kant, a filosofia política de Fichte, a dialética hegeliana, e Feuerbach. Tem como guias, dado o desco-

* Professor no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, autor – junto com Edson Passetti – de *Proudhon*. São Paulo, Ática, 1986.

nhecimento da língua alemã, Karl Grün, da esquerda hegeliana, e Bakunin. Completa-se assim o arco de sua formação, em que se perfilam filosofia alemã, economia política inglesa e socialismo francês.

Ratifica em seu texto questões anteriormente trabalhadas em *Celebração do domingo* (1839), *Criação da ordem na humanidade* (1843) e sobretudo *Advertência aos proprietários* (1842). Indispõe-se simultaneamente com a direita e a esquerda de então, vale dizer, com economistas liberais manchesterianos e com socialistas saint-simonianos e fourieristas. Os primeiros, criticados pelo seu dogmatismo, baseado em interesses e privilégios do presente. Os segundos, pelo misticismo e pelo receio de certa impostura apriorística, sem respaldo na realidade. Visa o socialismo com luz própria.

Com os marxistas, ou mais precisamente com Marx e Engels, as relações começaram à base de certa reverência. Na *Sagrada família*, Proudhon é guindado às alturas. *O que é a Propriedade* é para o *quarto estado* o que foi a obra de Sieyès para o *terceiro estado*, segundo Marx. Mas a *Filosofia da miséria* é duramente criticada na *Miséria da Filosofia*. Esta mudança tem na carta convite de Marx a Proudhon, seu ponto nevrálgico. Marx convida Proudhon a participar de encontro em Bruxelas, convite não aceito, com justificativa que explicita toda a divergência posterior entre anarquistas e marxistas: *ou o operariado se liberta pela sua própria iniciativa, ou estará sujeito a novo tipo de dominação*. Tal convicção será reproduzida por Bakunin por ocasião dos debates na *1ª Internacional*, e que levará ao impasse e dissolução do encontro, selando em definitivo a ruptura. Mais tarde, em carta a Engels, por ocasião da guerra franco-prussiana, Marx, pelos anos 1870, apesar de toda a crítica aos limites das nacionalidades, destilará seu fel, mais amplamente, contra os franceses, que *precisam*

ser surrados. A vitória de Bismark sobre Napoleão III será interpretada como a *vitória do nosso socialismo sobre o socialismo de Proudhon*.

Na presente edição, foram traduzidos apenas os primeiros sete capítulos da *Filosofia da Miséria*. Os demais são prometidos para futura edição do tomo II. São colecionados temas diversos, recorrentes na literatura anarquista, por quem pode ser considerado autêntico *founder*, sem a rede de segurança da narrativa acadêmica. Tem sob seus olhos fragmentos lançados pela economia política e pelo socialismo utópico, em que encontra incoerências. Ao falar do edifício social, suas colunas, capitéis e bases, madeiras, pedra e metal, materiais reunidos para a construção de um templo magnífico, a propriedade construiu choupanas. Trata-se, pois, não apenas de reencontrar o plano do edifício, mas também de desalojar seus ocupantes.

Em prefácio muito bem elaborado, e sobretudo em oportunas, seguidas e extensas notas, José Carlos Orsi Morel mostra-se qualificado leitor de Proudhon. Oferece subsídios oportunos para a contextualização do acidentado percurso temático, reunido no tomo I.

Do ponto de vista epistemológico, é de se ressaltar o que pode ser tido como a contribuição pioneira de Proudhon, a assimilação crítica da filosofia alemã, do socialismo francês, da economia inglesa e da teologia judaico-cristã, com hibridações, desarranjos, fusões e fissuras, bem antes do que foi atribuído a Marx. A dialética hegeliana sujeitou-se à correção de que carecerá o marxismo. A dialética triádica — tese, antítese e síntese — perderá seu *gran finale*. Sem a síntese, a história permanece em aberto. Proudhon problematiza a certeza dos economistas com o presente, com a dinâmica de mercado. São demasiado otimistas diante dos fa-

tos consumados. É igualmente cético com a certeza na previsão do futuro dos socialistas. Diríamos hoje que Francis Fukuyama herda toda uma tradição do século XIX, quando proclama o fim da história. Fim da história à esquerda, com o postulado da luta de classe, que encontrará sua resolução na sociedade sem classe. Fim da história à direita, com o estado positivo, superando as fases teológica e metafísica. Para Augusto Comte o espírito positivo, em mãos de sábios e cientistas, reordenaria toda a sociedade dentro de rígidos padrões de racionalidade. Para Marx, o proletariado tem vocação universal, antepõe-se pela razão histórica ao entendimento corporativo da realidade pela burguesia. Em Proudhon, a síntese cede vez à dialética serial, já esboçada na obra *Da criação da ordem na humanidade*.

Os capítulos da *Filosofia da Miséria* operam enquanto pronto para a partida, visando a superação do regime proprietário, rumo à *ordem anárquica, em um processo que permanece em aberto*.

No seu *Prólogo*, fala da hipótese de um Deus, tida como necessária para justificar a crítica à transcendência, que tem em Deus sua figuração exacerbada. Poderíamos aí ver a releitura da concepção de sístole e diástole de Feuerbach, tão valorizada. O homem inicialmente, como que atemorizado diante de suas próprias potencialidades, em um movimento de *sístole*, em um movimento de transcendência, envia para o Além seu próprio sangue. No momento seguinte, reassume suas potencialidades enquanto atividade coletiva, em um fluxo de *diástole*. Na descida da “região fantástica, a razão impiedosa nos bate à porta, e é preciso respondê-la” (p. 42). Na ultrapassagem dos dogmatismos teológicos ou cientificistas, todos marcados por graus variados de transcendência, o operário escreve a história coletiva.

Os economistas “afirmam que o que deve ser é. Os socialistas dizem que o que deve ser não é ainda. Os primeiros comportam-se como defensores da religião, da autoridade e dos outros princípios contemporâneos e conservadores da propriedade,(...). os segundos rejeitam a autoridade e a fé, apelando para a ciência, ainda que uma certa religiosidade, e um desdém pouco científico pelo fatos sejam o caráter de suas doutrinas” (p.42).

Reiteraões da crítica à economia política e ao socialismo

No capítulo I, são desenvolvidas críticas à economia política ou à tradição, e feita a crítica interna do socialismo ou da utopia, o que de fato será reiterado nos demais capítulos, para não dizer em todas suas obras.

Quanto à economia política, “apesar da etimologia do nome, nada mais é do que o código ou a rotina imemorial da propriedade” (p. 86). É a história natural dos costumes, tradições, práticas e rotinas relativas à produção e distribuição das riquezas. Trata-se da fisiologia da riqueza, prática organizada do roubo e da miséria. Ligada a ela, a Jurisprudência, condecorada pelos legistas com o nome de razão escrita, na verdade nada mais é do que compilação de rubricas do banditismo legal e oficial, vale dizer, da propriedade. “A economia política e o direito formam a teoria completa da iniquidade e da discórdia” (p. 90). É a consagração do egoísmo.

Quanto ao socialismo, como *Vishnu*, sempre morrendo e sempre ressuscitando, na seqüência de encarnações, afirma a anomalia da presente constituição da sociedade, afirma que a ordem civilizada é fictícia, contraditória, geradora de opressão, miséria e crime. Constitui o direito novo, com a oposição do princípio da associação ao princípio da propriedade. Trata-se da exaltação

da comunidade, pedindo contas da desigualdade das condições, que geram o luxo e a miséria. Os socialistas são desafiados pelos economistas a produzir o sistema em que se possa prescindir da propriedade, da concorrência, da polícia. O próprio Proudhon, na sua crítica interna, vê as tentativas socialistas se perderem no oceano proprietário. Constata a perseverança do mal e o fracasso das tentativas reformistas e se pergunta: quando ocorrerá o julgamento? (p. 92). O socialismo grita que já é tempo de fazer vela rumo à terra firme e de entrar no porto; mas dizem os anti-sociais: não há porto, nossa circunavegação é eterna (p. 94).

Economia política e Socialismo são apresentados como duas potências, que disputam o governo do mundo, anatemizando-se mutuamente, com o fervor de dois cultos hostis. Aos operários, que se queixam da insuficiência do salário e da incerteza do trabalho, a economia política opõe a liberdade de comércio. Aos cidadãos que buscam as condições de liberdade e da ordem, os ideólogos respondem com sistemas representativos. Desta forma, a sociedade encontra-se dividida em dois grandes partidos. Um, tradicional, essencialmente hierárquico, e que, segundo o objeto que se considere, denomina-se realza ou democracia, filosofia ou religião, ou em uma única palavra, propriedade. O outro, ressuscitando a cada crise da civilização, proclama-se anárquico, refratário a toda e qualquer autoridade: é o socialismo. Mas os contendores estão de acordo com relação à autoridade comum da ciência. Os socialistas gritam novidade tão velha como o mundo: organizai o trabalho, sem dizer no que consiste esta organização.

Até o momento foi dado apenas à economia política traduzir suas idéias em atos, ao passo que o socialismo apenas entregou-se à sátira. Por isso, cabe reduzir ao seu justo valor as declamações dos socialistas.

Contra socialistas e economistas, Proudhon afirma não ser necessário organizar o trabalho, como pensam os primeiros, nem afirmar que ele já está se organizando, como dizem os segundos. O decisivo é que o trabalho se auto-organize, sem nenhum ponto de perfeição definitivo, mas em um perpétuo devir (p. 98). O socialismo e a economia política, fazendo-se uma guerra burlesca, perseguem entretanto a mesma idéia no fundo: a organização do trabalho. O que fazem as partes em litígio? Nada. Apenas levantam questões para terem a oportunidade de se dirigirem mutuamente injúrias. Camille Desmoulins é lembrado, ao responder a Robespierre: infelizmente, queimar não é responder. Neste tipo de debates, volta-se sempre ao fogo e à guilhotina (p. 104).

Nestes solenes debates, mais parece a Proudhon que o processo inteiro decorre do fato de que uma das partes não quer ver, enquanto a outra recusa-se a caminhar. As práticas socialistas são então entrevistadas no interior do próprio movimento operário (p. 101). Há necessidade de se descobrir uma fórmula de conciliação superior às utopias socialistas e às teorias truncadas da economia política. Malthus teve o grande mérito de reduzir ao absurdo toda a economia política. Quanto ao socialismo, já foi julgado há muito tempo por Platão e Thomas Morus em uma única palavra: *utopia*, quer dizer, não-lugar, quimera (p. 109). O presente, exaltado pelos economistas, encontra poucos defensores, mas o desagrado com a utopia não é menor, e o mundo inteiro compreende que a verdade está na fórmula que venha conciliar os dois termos: conservação e movimento (p. 110).

O valor enquanto relação social

No Capítulo II, a *teoria do valor*, já presente em Locke, no século XVII, com a metáfora da água que brota da fonte e é recolhida na bilha, encontra em Proudhon a explicitação de ser relação essencialmente social, na medida em que o valor de uso se transforma em valor de troca. Pelo trabalho, ao mesmo tempo, a riqueza e a sociedade são gestadas (p. 121). Vale dizer, o valor se coloca sucessivamente sob três aspectos: valor útil, valor trocável e valor social (p. 177). Tal é, pois, a marcha do desenvolvimento econômico: no primeiro momento, apropriação da terra e dos valores naturais. Depois, associação e distribuição pelo trabalho. A utilidade é a condição necessária da troca, mas elimine-se a troca e a utilidade será nula: os dois termos estão indissolavelmente ligados até à igualdade completa, embora os caminhos estejam semeados de abismos, o gládio está suspenso sobre as cabeças. Mas para conjurar todos os perigos, erige-se a razão.

A divisão do trabalho como forma de realização da igualdade

No Cap. III, sobre a *divisão do trabalho*, Proudhon, nas pegadas dos filósofos modernos, cita La Rochefoucauld, Helvetius, Kant, Fichte, Hegel, Jacotot, e busca suporte para a extensão da idéia de igualdade positiva. Todos os homens são iguais na comunidade primitiva, iguais por sua nudez e ignorância, iguais pelo poder indefinido de suas faculdades (p.179). Se a inteligência difere nos indivíduos apenas quanto à aptidão própria de cada um, enquanto que, naquilo que ela tem de essencial, a saber, o julgamento, ele é em todos quantitativamente igual, daí resulta que, mais cedo ou mais tarde, o progresso geral deve conduzir todos os homens da igualda-

de original negativa para a equivalência positiva de talentos e conhecimentos. Portanto, a hierarquia das capacidades não poderia ser admitida como princípio e lei da organização social: apenas a igualdade é a regra, como também o ideal. A igualdade negativa da miséria, nos começos, representa apenas o vácuo, devendo reproduzir-se, positivamente, no último termo da educação da humanidade. A divisão do trabalho é o modo segundo o qual se realiza a igualdade das condições e das inteligências. Ela, pela diversidade de funções, dá lugar à proporcionalidade dos produtos e ao equilíbrio nas trocas. Abre o caminho da riqueza e nos conduz a idealizar todas as nossas operações. Mas, nessa hora solene da divisão do trabalho, o vento das tempestades começa a soprar sobre a humanidade. O trabalho, dividindo-se segundo a lei que lhe é própria e que é a condição primeira de sua faculdade, atinge a negação de seus fins e destrói-se a si mesmo. A divisão fora da qual não há progresso, nem riqueza, nem igualdade, subalterniza o operário, torna sua inteligência inútil, a riqueza nociva e a igualdade impossível (p. 181). Assim, a divisão, depois do trabalho, é causa primeira da multiplicação das riquezas e da habilidade dos trabalhadores, mas também causa primeira da decadência do espírito, da miséria civilizada (p. 182). O trabalho, que deveria trazer a consciência ao seu clímax e torná-la cada vez mais digna de felicidade, conduzindo pela divisão parcelar ao desmoronamento do espírito, diminui o homem da mais nobre parte de si, e o projeta na animalidade. A partir deste momento, o homem decaído trabalha como um bruto e conseqüentemente deve ser tratado como um bruto. Mas é insuficiente a formulação de Blanqui, o economista, irmão do revolucionário (p. 190), que postula a associação do trabalho e do capital e a participação do operário nos lucros em um começo de solidariedade industrial. Proudhon adapta ao seu raciocínio crítico a metáfora da

circulação sanguínea de Feuerbach. Trata-se, segundo ele, na proposta de Blanqui, de fazer com que o sangue, provindo da digestão coletiva, ao invés de ser levado totalmente à cabeça, ao ventre e ao peito, chegue também aos braços e às pernas. Mas é um ato insano, pela insignificância do que chegará a cada operário.

Máquina no desenvolvimento da liberdade

No capítulo IV, a introdução das máquinas na indústria é vista em oposição à lei da divisão do trabalho. A máquina reúne as diversas partículas de trabalho, que a divisão tinha separado. É um resumo de várias operações, uma condensação de trabalho. Trata-se de uma abreviação da mão-de-obra, que multiplica a força do produtor. Com o desenvolvimento da máquina na economia, é dado desenvolvimento à liberdade (p. 223). A máquina é o símbolo da liberdade humana, a insígnia de nossa dominação sobre a natureza. Liberdade é inteligência: eis todo o homem. Quando, no entanto, a razão pronunciou-se pela boca dos economistas, que não havia regra para o valor e que a lei do comércio era a oferta e a procura, a liberdade entregou-se ao fogo da ambição, do egoísmo e do jogo. O comércio transformou-se em mera aposta, submetida a regras de polícia. A miséria (p. 227) irrompe das fontes de riqueza. A liberdade é tão mais perfeita quanto mais ela se determina e aprimora pelo trabalho, vale dizer, que o trabalho é a educação de nossa liberdade (p. 254). Para que a causa da miséria seja contornada, solicitar ao governo que tome tal iniciativa, é fazer como os camponeses que, ao ver a tempestade aproximar-se se põem, rezam a Deus e invocam os santos. Os governos, nunca é demais repetir, são hoje os representantes da divindade. O ato de des-

confiança popular para com a divindade nos diz também aquilo que devemos esperar do poder: nada.

A concorrência como conciliação da satisfação do egoísmo com necessidades sociais

No capítulo V, Proudhon se pergunta: entre a hidra de cem goelas da divisão do trabalho e o dragão indomado das máquinas, no que se transformará a humanidade? A concorrência abriga caracteres do falso e do verdadeiro. Trata-se de resolver o problema da concorrência, quer dizer, conciliar a mais alta satisfação do egoísmo com as necessidades sociais. A concorrência é necessária para a constituição do valor, ou seja, para o próprio princípio da distribuição, e, conseqüentemente, para o advento da igualdade. Enquanto um produto for dado por um único fabricante, o seu valor real permanece um mistério, por dissimulação de parte do produtor ou por incúria ou incapacidade. Se a garantia do salário é impossível sem o conhecimento exato do valor produzido, este valor só pode ser descoberto pela concorrência, não pelas instituições comunistas ou por decreto do povo. Se for ordenado que o trabalho e o salário estão garantidos a todos, logo um imenso relaxamento vai suceder à tensão ardente da indústria. Embora se possa admitir com socialistas que um dia a atração do trabalho possa servir de alimento à emulação, sem segundas intenções de lucro, estamos ainda na terceira época da evolução econômica, na terceira idade da constituição do trabalho, quer dizer, em um período em que é impossível para o trabalho ser atrativo. O trabalho atrativo é efeito de um alto desenvolvimento físico, moral e intelectual (p. 269). Como manifestação mais alta da vida, da inteligência e da liberdade, carrega em si sua própria atração, mas não pode ser separada sua atração do

motivo de utilidade, portanto de um retorno ao egoísmo. Vale dizer, Proudhon nega o trabalho pelo trabalho. Quando o homem busca apenas em seu trabalho o prazer do exercício, logo deixa de trabalhar, ele brinca (p. 270). O trabalho verdadeiro, aquele que produz riqueza e que nos dá a ciência, o conhecimento de como fazer, tem necessidade de regra, de perseverança, de sacrifício. A faculdade de trabalhar distingue o homem dos brutos.

A agricultura francesa de seu tempo é diagnosticada severamente pelo atraso, pela falta de concorrência, pelas disputas de retalhos de terreno, pela concorrência; não via trabalho nos campos, mas no tabelião. Pagar os menores salários e fazer os menores investimentos, diminuir custos, não a melhoria do solo e a qualidade dos produtos, é o que predomina. Semeia e a providência faz o resto (p. 275). O homem abandona sua preguiça apenas quando a necessidade o inquieta. O meio mais seguro para nele extinguir o gênio é libertá-lo de todos os cuidados, de subtrair-lhe o apetite dos lucros e das distinções sociais que pelo trabalho resultam, criando-se em torno dele a paz completa, e transportando para o Estado a responsabilidade de sua inércia. A conclusão de uma tal reflexão é radical: em contraposição ao quietismo moderno, a vida do homem é uma guerra permanente, guerra contra a necessidade, contra a natureza, com seus semelhantes e, conseqüentemente, guerra consigo mesmo. A teoria da igualdade pacífica, fundada sobre a fraternidade, tem como princípio a mendicidade, o panegírico da miséria. Não se enfrenta o sistema de contradições, visando à justiça social, com visão harmonista, com promessa de paraíso terrestre. Fora da concorrência, resta apenas o encorajamento, a mistificação, ou o sacrifício, uma hipocrisia. A concorrência é a força vital que anima o ser coletivo;

destruí-la, se tal suposição pudesse ser feita, seria matar a sociedade.

Em resumo (p. 306), a concorrência, como posição ou fase econômica, é considerada, na sua origem, resultado necessário da intervenção das máquinas, da constituição da oficina e da teoria da redução geral dos custos. Considerada em sua significação própria e na sua tendência, ela é o modo segundo o qual manifesta-se e exerce-se a atividade coletiva, é a expressão da espontaneidade social, o emblema da democracia e da igualdade, o instrumento mais enérgico da constituição do valor e o suporte da associação. Como impulso das forças individuais, ela é o penhor de sua liberdade, o primeiro momento de sua harmonia, a forma da responsabilidade que as une e que as torna solidárias. Não obstante, a concorrência, abandonada a si mesma e privada da direção de um princípio superior e eficaz, nada mais é do que movimento vão, oscilação sem objeto do poder industrial, arrastado entre dois extremos, igualmente funestos: as corporações e o patronato hierárquico de um lado e o monopólio do Estado ou o despotismo da comunidade de outro (p. 307).

A *sui generis* imbricação da concorrência e do monopólio

No Cap. VI, Proudhon disserta sobre o monopólio no sentido de comércio, exploração ou gozo exclusivo de uma coisa. O monopólio é o oposto natural da concorrência. Esta simples observação basta para fazer cair utopias derivadas do pensamento de abolir a concorrência, como se ela fosse o contrário da associação e da fraternidade. Mas desde que a concorrência é necessária, ela implica a idéia do monopólio, como que sede de cada individualidade concorrente. Monopólio é a forma

da posse social, fora da qual não há trabalho, não há produção, troca e riqueza. Toda posse imobiliária é monopólio. O monopólio não carrega em si a idéia de injustiça. Mas da mesma forma que a concorrência, pode tornar-se anti-social e funesto. Reprimir os abusos, denunciá-los, é o que fazem magistrados e a nova escola de economistas. Nos capítulos anteriores, Proudhon dissertou sobre a divisão do trabalho como especificação do operário, considerado sobretudo como inteligência. O advento das máquinas e a organização da fábrica foram vistos como expressão da liberdade do operário em ação de concorrência. O monopólio apresenta-se então como tradução da liberdade exitosa, o preço do esforço despendido, a glorificação do gênio. É a autocracia do homem sobre si mesmo, é o direito de todo produtor de usar suas faculdades, de dispor dos instrumentos que ele mesmo criou, de gozar do fruto da descoberta e dos benefícios da aventura.

No começo de cada indústria, o homem, que inventa, está isolado. A sociedade manifesta-se por dupla maneira, via *conservação* e via *desenvolvimento*. O desenvolvimento efetua-se pelo impulso das energias individuais. A massa é de natureza infecunda, passiva e refratária a qualquer novidade (p. 313). Ela é matriz estéril por si mesma, mas na qual vêm se depositar os germes criados pela atividade privada. Vã a hipótese de que o trabalhador de alta capacidade possa se contentar, em favor dos pequenos, com a metade de seu salário, supor que forneça gratuitamente seus serviços, e que produza para o rei, vale dizer, para a abstração que se chama sociedade. Por esta via, fundamenta-se a sociedade sobre um sentimento, que, erigido em princípio, transforma-se em falsa virtude. Mas a caridade, tomada como instrumento de igualdade e lei de equilíbrio, seria a dissolução da sociedade. A igualdade produz-se entre os

homens pela rigorosa e inflexível lei do trabalho, pela proporcionalidade de valores, pela sinceridade de trocas e equivalências de funções, afirmação que esclarece a concepção autogestionária e libertária do socialismo de Proudhon. Igualdade vista como conjunto de equivalências e não como identidade única, daí a importância do indivíduo como fonte de criatividade, energia, iniciativa. A crítica ao comunismo é formulada, e permeia toda a obra, enquanto ameaça de absorção de toda iniciativa no Estado, reduzindo os indivíduos a uma igualdade bruta e elementar. Todos, em tal caso, seriam igualmente nulos. O grande problema do comunismo é caracterizado por não acreditar na igualdade de modo espontâneo e na educação, e sim em decretos soberanos: “Fraternidade, irmãos o quanto quiseres, desde que eu seja o primogênito e vós o caçula” (p. 319). Caridade é misticismo: “três mil anos de experiência ensinaram-me que qualquer um que me fale de Deus, ou quer a minha liberdade ou a minha bolsa” (p. 320).

Sendo a humanidade individualizada na pluralidade, o homem torna-se fatalmente monopolizador. O problema social consiste em saber não como se abolirão, mas sim como se conciliarão todos os monopólios, cujos efeitos mais notáveis podem ser relidos na história da humanidade, dividida em vários agrupamentos, com acréscimos de riqueza, graças à divisão do trabalho, às máquinas, à concorrência. Resulta do efeito do monopólio a ficção econômica, pela qual o capitalista passa a ser considerado produtor, e o capital como agente de produção. Tal sociedade, em suas relações econômicas, divide-se em capitalistas e trabalhadores, empresários e assalariados. Da mesma forma que a concorrência, o monopólio está envolto nas contradições econômicas. Se a concorrência é guerra civil, o monopólio é visto como massacre dos prisioneiros. O monopólio leva o as-

salariado à bancarrota e vive de seus despojos. O monopólio perverteu até mesmo a idéia de associação.

Diante de tal contexto, todas as seitas socialistas, possuídas de confessa fragilidade diante do capital, na expectativa de realizar suas idéias quando tiverem em mãos o poder e o dinheiro, são aparentadas com a economia política. No caso dos socialistas, é como se tratasse de fundar nova casa para o monopólio (p. 351). O capital e o poder, órgãos secundários na sociedade, são sempre os deuses que o socialismo adora. Se o capital e o poder não existissem, os socialistas os inventariam, menosprezando suas próprias críticas.

A ordem invertida: a polícia ou o imposto

No capítulo VII, como conseqüência do desenvolvimento das contradições econômicas, a ordem nas sociedades mostra-se para Proudhon como que invertida. O que deveria estar em cima, está colocado embaixo. O que deveria estar iluminado, está rejeitado na sombra. Assim o poder, bem como o capital, auxiliar e subordinado do trabalho, tornam-se, pelo antagonismo da sociedade, espião, juiz e tirano das funções produtivas.

O Estado, a polícia, ou seu meio de existência, o imposto, são o nome oficial da classe que se designa em economia política sob a rubrica de improdutivos. O proletariado, que antes trabalhava apenas para a casta que o devorava, a dos capitalistas, deve trabalhar mais para a casta que o flagela, a dos improdutivos (p. 365). O Estado, seja qual for a forma que lhe afete, será para o povo, uma *danação legítima*. O imposto, em princípio, penalizaria o monopólio. O povo faria leis contra o poder, contra o princípio de autoridade e de hierarquia contra a liberdade e a propriedade. Os partidários do poder, os doutrinários dinástico-republicanos, que diferem entre

si apenas pela tática, evitam o confronto decisivo: do trabalho contra o capital, da liberdade contra a autoridade, do produtor contra o improdutivo, da igualdade contra o privilégio (p. 433). De nada serve mudar os depositários do poder, e trazer variantes às suas manobras. É preciso encontrar a combinação através da qual o poder se anule perante a sociedade. Cabe aos trabalhadores vencer ao mesmo tempo o poder e o monopólio, fazer surgir das entranhas do trabalho a autoridade maior, que envolva o capital e o Estado e que os subjuguem.

Considerações finais

Atenta aos desdobramentos do movimento operário na primeira metade do século XIX, a obra de Proudhon coloca em destaque a insuficiência da política, os limites do pacto social na sociedade do capital e as potencialidades da sociedade do trabalho. É um crítico dos formalismos de participação, que ao invés de consolidarem a sociedade, esmeram-se no seu governo, com reposição da autoridade. Permanecem as garantias relacionadas com a inferioridade do trabalho em relação ao capital. No decorrer de sua volumosa obra, cabe sobretudo ressaltar sua visada de um regime econômico que é o contrário do regime governamental, característica recorrente de todo discurso anarquista de crítica ao comunismo e, por extensão, ao marxismo. Não obstante, são afirmações que não se fecham em círculo enquanto proposta de um sistema clauso de idéias ou projetos. O sistema da humanidade se dá a conhecer, segundo sua teoria das séries, enquanto tendência, movimento, direção da história através das lutas do presente contra a tríplice transcendência: da religião sobre as mentes, do capital sobre o trabalho, do Estado sobre a sociedade. *Filosofia da miséria* não apenas nos situa no grande deba-

te das idéias no século XIX. Torna-se um clássico, porque veicula temas de atualidade. Vale a licença para reproduzirmos uma de suas citações de Plínio sobre o monopólio fundiário: *Latifundia perdidere Italiam*. Onde Itália, leia-se Brasil.

existência anarquista | acácio augusto*

Raquel Azevedo. *A resistência anarquista — uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002, 381 pp.

Os recentes estudos historiográficos, que não se preocupam exclusivamente com os grandes fatos históricos, mas também em captar seu cotidiano, quando se dedicam a estudar as experiências anarquistas explicitam uma atitude inquieta e inquietante por parte dos libertários, ao notar os abalos que causam esta atitude na vida diária. É justamente esta abordagem da história que escolhe Raquel de Azevedo em seu estudo acerca de como se deu a resistência anarquista no período de 1927 a 1937, apresentando, logo em seu primeiro capítulo, uma discussão sobre a maneira de tratar a história do anarquismo no Brasil. Propõe preencher uma lacuna na pesquisa histórica, analisando o cotidiano e o imaginário anarquista entre o encerramento do estado de sítio no governo Artur Bernardes (1927) e a instauração da ditadura varguista (1937).

Ao escolher esta abordagem a autora, através de uma extensa análise dos jornais anarquistas (em especial o

* Estudante de Ciências Sociais na PUC-SP, bolsista de iniciação científica CNPQ e integrante do Nu-Sol.